

O ambientalismo no MST: visibilidade, redes de movimentos e cidadania comunicativa ¹

Isabelle Azevedo FERREIRA²

Márcia Vidal NUNES³

RESUMO: O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre a constituição de um ambientalismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considerando a incorporação do meio ambiente no projeto político do movimento e a existência de uma série de mudanças nas formas de articulação e mobilização dos movimentos sociais nas últimas décadas, que possibilitou novos aspectos para a cidadania e a constituição de novas identidades políticas e de valores para os movimentos (SHERER-WARREN, 2012). O trabalho está centrado na análise da comunicação desenvolvida pelo MST, especificamente o site do movimento, e pela Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida. A partir da breve análise empreendida neste artigo, constata-se que o ambientalismo no MST se desenvolve a partir de três pontos importantes: as Redes de Movimentos Sociais, a visibilidade e a cidadania comunicativa.

Palavras-chaves: MST; Redes de Movimentos Sociais; Visibilidade; Cidadania Comunicativa.

1. O movimento ambientalista: complexidade de atores e a participação do movimento rural

O desenvolvimento do movimento ambientalista tem origem numa tomada de consciência de parte da sociedade sobre os efeitos causados pelo desenvolvimento industrial acelerado, uma vez que este desenvolvimento consome de forma intensa e sem planejamento os bens naturais, colocando em xeque a sobrevivência da espécie humana e do planeta. Diante deste cenário, Tavolaro (2001) aponta a insegurança, a ameaça, o medo, o perigo e o risco como alguns dos principais motivos para o surgimento desse movimento. “Como resultado disso, organizações ambientalistas teriam se constituído no interior da sociedade civil para protestar, alarmar e cobrar mudanças que revertssem tal cenário” (TAVOLARO, 2001, p. 96).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), e-mail: isabelle.azevedo@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), e-mail: marciavn@hotmail.com

Antes de entrar na constituição do ambientalismo, procura-se aqui situar melhor este conceito. Leis e D'Amato (1994) consideram a existência de três perspectivas para a abordagem do ambientalismo. De acordo com a primeira perspectiva, o ambientalismo seria um grupo interno ao sistema político, que prega a ideia da conservação, sem questionar as transformações da sociedade. Na segunda perspectiva, o ambientalismo é compreendido como um novo movimento social. Por fim, o terceiro enfoque admite o ambientalismo como um movimento histórico que assumiu que o atual modelo de desenvolvimento econômico é insustentável, sendo necessária uma ampla aliança de um movimento multissetorial, para superar este modelo.

Embora Leis e D'Amato (1994) considerem a última abordagem como a mais completa, para se perceber o ambientalismo, somente esta abordagem não daria conta das questões abordadas neste trabalho. É, portanto, necessária também uma abordagem à luz dos novos movimentos sociais, uma vez que é possível perceber as peculiaridades sobre o ambientalismo e as relações estabelecidas com outros movimentos.

O ambientalismo, no Brasil, passa a ganhar destaque na sociedade nos anos 1970. Este período é marcado por uma dinâmica bissetorial (JACOBI, 2000), que se caracteriza pela relação entre as agências ambientais – criadas sob forte pressão internacional – e as diversas entidades ambientalistas que começavam a se estruturar neste período. Estas entidades resumiam-se basicamente em combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais, resultando em um distanciamento de diversas entidades em relação ao tema. Caracterizavam-se, ainda, por estarem concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste e por questionarem o papel do desenvolvimentismo que avançava principalmente sobre a Mata Atlântica.

Jacobi (2000) destaca que a prática dos movimentos estava restrita aos setores mais esclarecidos, vinculados ao universo acadêmico, aos militantes partidários e ativistas sociais. O autor destaca, ainda, o surgimento de uma classe média, principalmente no sul e sudeste, que atuava como agente articulador de quem estava disposto em apoiar as atividades de caráter ambiental. Não se via, portanto, a participação das classes mais populares.

Assim como no cenário mundial, no Brasil, na década de 1980, é característico deste período a luta pela regulamentação e ampliação de um aparato jurídico institucional, de forma a minimizar os problemas ambientais que começavam a surgir na época. Observa-se, ainda, um avanço da luta ambiental e um crescimento no número de ONGs e associações ambientalistas, embora aproximadamente 90% das associações ambientalistas ainda

estivessem concentradas no sul e sudeste, sendo compostas majoritariamente por universitários e pessoas com renda superior à média nacional (JACOBI, 2000). A partir da segunda metade dos anos 1980, o ambientalismo começa a se expandir e a fazer parte de diversos setores, estimulando a participação de movimentos sociais, grupo socioambientais, científicos, entre outros. Viola (1987) atribui esta mudança a uma maior disseminação das informações ambientais por parte dos meios de comunicação com um aumento em publicações sobre o meio ambiente.

A década de 1990 foi marcada pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92. Este evento propiciou o fortalecimento do ambientalismo brasileiro e a inserção do movimento ambiental brasileiro em uma rede internacional (JACOBI, 2000). A conferência não apenas agregou os componentes da multissetorialidade como também "Mudou o conteúdo, diminuindo significativamente o discurso que falava em proteção ambiental de forma isolada e substituindo-o por um que advogava a necessidade de pensar as relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental como eixos de convergência da relação entre sociedade e Estado" (JACOBI, 2000, p. 144).

Pela caracterização já citada, o multissetorialismo ambiental agregou uma quantidade maior de pessoas provenientes do ambiente urbano, das classes médias e com elevada formação escolar. A nossa escolha em traçar um panorama do ambientalismo brasileiro, a partir da caracterização dos setores que compõem o movimento ambiental, dá-se pela necessidade de entender o lugar do Rural ou de um Movimento Social Rural (MSR) no contexto deste ambientalismo, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nossa referência para a investigação, visto que nossa análise está focada na Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Também é necessário traçar o panorama do ambientalismo, partindo de uma perspectiva sociológica da Teoria dos Movimentos Sociais. Dentro desta abordagem, o movimento ambientalista é categorizado como “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Diferentemente dos Movimentos Sociais Rurais tradicionais, também se inclui nesta categoria o MST (SCHERER-WARREN, 1993). Entretanto, é importante ressaltar que o MST nem sempre se encaixará nas características estabelecidas como parte desta categoria. Scherer-Warren (1993) afirma que, os NMS apresentam especificidades de acordo com as situações estruturais e conjunturais de onde se organizam.

É preciso compreender melhor as características que compõem os dois movimentos com o objetivo de perceber a incorporação da luta ambiental pelo MST e o significado que

isso representa na constituição identitária dos movimentos sociais da atualidade. É também através dessa caracterização que podemos compreender ainda o exercício da cidadania pelos movimentos sociais. Contudo, é preciso considerar que os movimentos estão diante de um novo contexto socioeconômico cujo marco temporal é a chegada de um partido de esquerda à Presidência da República, em 2002⁴.

De fato, o ambientalismo, dentro de uma abordagem sociológica de pesquisa, tem características que se diferenciam dos movimentos sociais tradicionais. Não se trata da constituição de um movimento forjado no marxismo tradicional cuja centralidade da luta está em romper com as contradições provenientes dos processos históricos e das disputas de classes, tal como acontece nos movimentos tradicionais. O ambientalismo, enquanto novo movimento social:

(...) é percebido como um ator crítico e alternativo. Em relação à ordem capitalista existente, tendo suas ações uma orientação fortemente ética e normativa (diferenciando-se, neste sentido, dos movimentos e grupos sociais tradicionais, e aproximando-se dos movimentos pacifista e feminista) (LEIS, 2004, p.35-36).

Gohn (1997) destaca o surgimento de um novo sujeito que está ligado a um coletivo difuso, não-hierarquizado e que luta contra os efeitos nocivos da modernidade. Scherer-Warren (1993) afirma que este novo sujeito social redefine o espaço da cidadania.

O sentimento de uma tripla exclusão relativa – econômica, política e cultural/ideológica – sempre presente na história brasileira, mas que se acentua consideravelmente durante os anos mais duros do regime militar, está no bojo dos movimentos que vão se organizando (p.54).

Além disso, a identidade coletiva é a ideia central para explicar os NMS, visto que esta é parte constitutiva da formação dos movimentos. “Eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela [a identidade] se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo” (GOHN, 1997, p. 124).

Os Novos Movimentos Sociais passaram por uma mudança significativa na forma de construir as agendas sociais, nas últimas décadas. A luta não está mais centralizada em uma única pauta, mas articulada a outras bandeiras de lutas, por entender que as opressões às populações menos favorecidas, decorrentes do capitalismo, estão interligadas de uma forma ou de outra. A luta feminista é também encarada em uma dimensão antirracista e a questão antirracista, por exemplo, é também contra o racismo ambiental. Isso significa que as identidades podem ser específicas ou transidentitárias (SCHERER-WARREN, 2012).

⁴ Trata-se da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT)

Scherer-Warren (2012) destaca que existem quatro níveis mais comuns de organização da sociedade civil que são mais frequentes e presentes na sociedade contemporânea: 1. Organizações de base ou associativismo localizado; 2. Organizações de articulação e mediação política; 3. Mobilizações na Esfera Pública; 4. Rede de Movimento Social. Formado pelos outros níveis anteriores (SCHERER-WARREN, 2007a), a Rede de Movimentos Sociais é o nível mais complexo de organização da sociedade civil, visto que há uma maior politização em relação à conquista dos direitos e às transformações sociais. Isto acontece porque, como afirma a autora, os grupos percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade política e social “(...) a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania.” (SCHERER-WARREN, 2012, p.32). Neste sentido, os NMS organizam-se em redes de movimentos sociais, entendidas aqui de acordo com a definição abaixo:

Redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico: 1) de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, isto é, formam a *identidade* do movimento; 2) de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, isto é, definem seus *adversários*, com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica, na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, estabelecem seus *objetivos*, ou constroem um *projeto* para o movimento. (SCHERER-WARREN in MAIA & CASTRO, 2006b, p.216, grifo do autor).

Retomando a questão da inserção do rural no ambientalismo, Viola (1987) registra uma participação de comunidades alternativas rurais no início de constituição do ambientalismo no Brasil, ainda nos anos 1970. Formada por jovens provenientes das regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre) que passaram pela esquerda na segunda metade dos anos 1960, ou que não tinham nenhum tipo de experiência anterior com os movimentos, as comunidades se caracterizavam pelo “apolitismo”, rejeitando a interação com a sociedade como forma de se protegerem contra a contaminação e a degradação promovida pela sociedade moderna.

Essa distância entre o rural e o urbano vai se estreitar, de fato, com o surgimento, nos anos 1980, das campanhas para diminuir o uso intensivo dos agrotóxicos (JACOBI, 2000) e a aprovação das primeiras leis estaduais, no Sul e Sudeste do Brasil, para regulamentar o uso desses defensivos agrícolas (VIOLA, 1987). É fundamental destacar a participação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Fundada em Porto Alegre, em junho de 1971, pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, foi

considerada uma das poucas organizações a lutar contra o uso indiscriminado de agrotóxicos e contra o uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo.

Percebe-se que contextualizar o lugar do Movimento Social Rural no ambientalismo brasileiro é também localizá-lo diante da pesquisa nesta área. SCHERER-WARREN (1993) classifica como “fraca” a presença da questão ambiental no desenho das pesquisas acadêmicas sobre movimentos sociais rurais no Brasil. À época, a autora indagava se as questões sobre o meio ambiente eram consideradas irrelevantes para os movimentos sociais rurais ou se os enfoques dados, nas ciências humanas, faziam essa exclusão no momento da análise. SCHERER-WARREN (1993) destaca três movimentos sociais rurais que iniciaram uma luta pela sobrevivência combinada com a defesa da natureza: o Movimento contra as Barragens, o Movimento Indígena e o Movimento dos Seringueiros.

Ao fazer um resgate da produção acadêmica sobre a agricultura e a questão ambiental, BRANDENBURG (2005) também considera que ainda são poucos os estudos de caráter socioambiental relacionados ao mundo agrário. Apesar disso, BRANDENBURG (2005) identifica e categoriza seis temáticas mais abordadas pelos pesquisadores⁵. Já RICCI (2005) afirma que, em geral, existe uma subestimação dos estudos sobre a realidade social rural, fato constatado pela baixa produtividade editorial sobre o tema, a partir dos anos 80. Ainda que existam pesquisas na área, segundo o pesquisador, a predominância é de estudos sobre movimentos sociais urbanos.

Contextualizada a formação do ambientalismo brasileiro, a relação do rural com o ambientalismo e as novas formas de articulação e mobilização dos NMS, situa-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nestes cenários.

Embora o MST, fundado em 1984, tenha uma discussão que se aproxima da questão ambiental não conseguiu, durante muito tempo, articular a questão ambiental como bandeira de luta do movimento. COSTA NETO e CANAVESI (2002) afirmam que, de 1995 em diante, o MST intensificou o discurso programático em favor da sustentabilidade, ao unir-se aos representantes de organizações não-governamentais (ONGs), ligadas às questões da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

BORGES (2007) destaca ainda dois fatores importantes para o que o autor considere como uma “transição agroecológica do MST”. O primeiro fator está relacionado ao

⁵ São elas: as consequências da modernização, em que são abordados estudos sobre o impacto de agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas no uso das práticas agrícolas modernas; os movimentos sociais no campo e meio ambiente, em que o autor destaca os estudos de VIOLA (1987) e de SCHERER-WARREN (1990), já citados neste texto; a agricultura de padrão alternativo, sustentável e agroecológico como via não-convencional; o Desenvolvimento rural sustentável; a Agricultura, meio ambiente e temas diversos; e, por fim, as pesquisas sobre Ruralidades e meio ambiente, em que se destaca a revalorização do rural.

esgotamento do modelo cooperativista que predominou nos primeiros assentamentos do movimento e o segundo diz sobre a inserção do MST na Via Campesina⁶.

Para COSTA NETO E CANAVESI (2002), somente a partir de 2000, durante a realização do 4º Congresso Nacional do Movimento, é que o MST vai intensificar o diálogo com a pauta ambiental. É neste período que o movimento lança um documento específico, para tratar da questão ambiental. No documento intitulado “Nossos compromissos com a terra e com a vida”⁷, dez resoluções apontam caminhos para proteger e preservar a natureza e todas as formas de vida. A questão ambiental passa a ser um novo elemento na disputa pelo projeto de sociedade que o MST quer construir, fazendo-se entender que a mudança entre as relações entre homem e natureza são fundamentais para a construção de uma nova sociedade.

A incorporação da questão ambiental no projeto político do movimento também está atrelada à própria construção ideológica do MST, que foi se modificando de acordo com a conjuntura estabelecida. Desta forma, SCHEREN-WARREN (2000) destaca que o movimento construiu sua ideologia a partir de três principais correntes de pensamento: a simbologia cristã, que foi hegemônica na origem do movimento (de 1979 a 1984); a teoria marxista-leninista, que se fortalece a partir de meados dos anos 80; e o novo movimento cidadão globalizado, “que vai se intensificando no MST, na medida de sua participação na ampla rede do movimento cidadão planetário ao longo da década de 90” (SCHEREN-WARREN, 2000, p.35).

A participação do MST nestas rede de movimentos sociais alçou o movimento a um status de referência dentro dos movimentos sociais. Rosa (2010) destaca que as ações do MST contribuíram para a formação de uma série de outros grupos (rurais e urbanos) cuja ação política não está diretamente relacionada à questão agrária. Isso se dá à medida em que o MST serve de inspiração na reivindicação de grupos já estruturados. “(...) o MST tem tido um papel fundamental para a formação de categorias novas de percepção – gênero, agricultura familiar e sem-terra – que, ao longo do tempo foram capazes de aglutinar famílias e indivíduos em torno de movimentos.” (ROSA, 2010, p. 477).

Para SCHERER-WARREN (2007a; 2007b; 2012), o MST apresenta-se como o ator principal do fortalecimento e da visibilidade pública na luta pela terra, que se complexou ao

⁶ Segundo BORGES (2007), “A Via Campesina é uma rede de cooperação internacional de organizações camponesas que passam a lutar, conjuntamente, contra a expansão do capitalismo na agricultura, representado, principalmente, pelas empresas multinacionais produtoras de sementes transgênicas e o agronegócio” (p.111). A Via Campesina está presente em quatro continentes (África, América, Ásia e Europa), num total de 70 países.

⁷ SECRETARIA NACIONAL DO MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: Lutas e Conquistas**. São Paulo: 2010. Disponível em <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em 28/01/2012.

longo do tempo. Ainda segundo a autora, o MST é considerado um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil, segundo levantamento feito pela pesquisadora junto aos fóruns da sociedade civil.

A relevância do MST não se dá apenas por sua participação como membro desses fóruns, mas por sua capacidade de liderança (elo estratégico) nas articulações mais abrangentes das quais os fóruns participam, por sua visibilidade nas redes de mobilização pública e pela continuidade e coerência política de sua prática cotidiana no nível organizacional localizado. (SCHERER-WARREN, 2007a, p. 10)

A seguir, discute-se que o status consolidado do MST junto à sociedade civil e a visibilidade pública permitiu também esse credibilidade a uma visibilidade midiática e os fatores que contribuem para a formação de um ambientalismo no movimento.

2. Elementos para um ambientalismo no MST

Este artigo está centrado na análise da comunicação desenvolvida pelo MST, especificamente o site do movimento, e pela Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida, uma vez que esta representa aqui a mudança nas formas de articulação e mobilização dos movimentos sociais, conforme citado anteriormente. O objetivo é fazer uma reflexão sobre a constituição de um ambientalismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, partindo da perspectiva de se pensar o papel da Comunicação na constituição deste momento histórico pelos quais passam os movimentos.

Para isso, optou-se em fazer uma análise das notícias veiculadas no site do MST e da Campanha⁸, durante o ano de 2012, ano em que a questão ambiental esteve amplamente em destaque com a votação do Código Florestal, a realização da Cúpula dos Povos⁹ e da Rio+20¹⁰, e a um maior enfrentamento contra os agrotóxicos. As notícias foram selecionadas a partir dos buscadores do site, tomando como referência a palavra-chave “meio ambiente”. A partir disso, o resultado obtido foi um total de trezentos e trinta e seis notícias no site do MST e de cinquenta e quatro notícias no site da Campanha. A discrepância entre os dois sites é justificada pela especificidade das notícias veiculadas no

⁸ www.mst.org e <http://www.contraosagrototoxicos.org/>

⁹ Evento paralelo à Rio+20, organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países, ocorrido entre os dias 15 e 23 de junho, no Rio de Janeiro.

¹⁰ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi realizada pela Organização das Nações Unidas, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável vinte anos depois da Conferência Rio 92.

segundo site citado, já que são publicadas matérias relacionadas apenas à questão dos agrotóxicos.

Como metodologia de pesquisa, a escolha foi utilizar a análise de conteúdo, levando-se em conta que “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38). Desta forma, segundo FONSECA (2011), “a leitura efetuada pelo analista de conteúdo procura evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano” (p.299). Antes de passar para a análise dos resultados, é preciso fazer algumas considerações teóricas.

O aumento do aparato técnico-científico (um maior número de satélites, acesso à telefonia, surgimento de cabos de fibra ótica pra transmissão de dados, por exemplo) e uma maior rapidez na informação passam a ser fundamentais, para construir uma visibilidade midiática e política nas lutas dos movimentos sociais e no projeto político que está sendo proposto para a sociedade. “Eles [os Novos Movimentos Sociais] usam a mídia e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais” (GOHN, 1997, p. 125). Este processo de visibilidade pública e política remete a uma mudança significativa não apenas na forma de mobilização e atuação dos Novos Movimentos Sociais, mas também na forma como eles se articulam para a constituição de Redes de Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 2012).

O ambientalismo, por exemplo, bombardeou por décadas a mídia que, em contrapartida, cedeu cada vez mais espaço ao tema ambiental (SOUZA, 2006). Muitas das organizações já nasceram no seio da comunicação global, utilizada para dar visibilidade às bandeiras de luta.

O ataque à máquina de disseminação mundial de bens culturais seguiu a lógica da criação de eventos de impacto para chamar a atenção da mídia, com o intuito de denunciar atitudes de empresas e governos ambientalmente incorretas (...) (SOUZA, 2006, p.3).

Já a relação do MST com a mídia sempre foi marcada por contradições (GOHN, 2000). Por um lado, a presença do movimento nos meios de comunicação– por meio das notícias das marchas e ocupações de terra– proporcionava visibilidade política e permitia um agendamento das discussões com a sociedade e o governo. Por outro lado, o movimento estava condicionado a um processo crescente de criminalização de suas ações.

A visibilidade discutida neste trabalho está atrelada à noção de publicidade, entendida aqui como “caráter e qualidade do que é público’, a propriedade das coisas na medida em que estão visíveis e disponíveis para o reconhecimento do comum” (MAIA,

2008, p. 167). Segundo MAIA (2008), há duas concepções distintas de publicidade: uma de sentido fraco e a outra de sentido forte. A primeira concepção, no sentido fraco, está relacionada à noção de visibilidade e à exposição social dos mais variados fenômenos em oposição à ideia de segredo. A segunda definição, a de sentido forte, diz respeito à normatização do diálogo e à negociação do entendimento em público.

Neste artigo, a concepção de publicidade como visibilidade midiática é que mais se aproxima, para se analisar como as redes de movimentos sociais utilizam seus próprios canais de comunicação como mediadora, para construir e dar visibilidade ao debate ambiental. Para isso, leva-se em conta que o espaço de visibilidade midiática, formado na tensão entre a visibilidade e o segredo (MAIA, 2006), é composto por uma variedade de conteúdos: materiais culturais e artísticos, de entretenimento, jornalismo de diferentes formatos, documentários, peças publicitárias (MAIA, 2008, p.172), sendo constituído pelo conjunto de emissões dos *media*. Estas formas de visibilidade variam de um meio para o outro (THOMPSON, 2008). O material dos *media* fomenta de forma circular a esfera pública política, disposta como locus da *argumentação*.

Neste sentido, MORAES (2000) aponta a Internet como um componente inesperado nas lutas dos movimentos sociais, a partir dos anos 90. Segundo o autor, além de interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar, “o espaço é também uma forma de driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra hegemônicas se expressem com desenvoltura” (MORAES, 2000, p.142). Por isso, a opção em analisar, neste artigo, os sites outrora citados. De fato, a internet tem se configurado como um espaço importante de circulação dos discursos e um lugar estratégico para a mobilização e articulação das mais variadas redes. Para THOMPSON (2008), uma das características dessa visibilidade é a da “desespacialização”, que torna possível a ausência do que o autor chama de co-presença.

É preciso compreender que o alcance destes discursos ainda não se dá na mesma proporção e com a mesma simultaneidade do que os discursos/argumentos empreendidos pelos grandes conglomerados de Comunicação. Desta forma, embora seja importante, a presença de mais grupos na internet resolve, apenas em parte, o problema das desigualdades midiáticas.

Ressalva feita, aos sites acabam servindo como fonte noticiosa e de registro das “Mobilizações na Esfera Pública” (SHERER-WARREN, 2012). Como é possível perceber na notícia “Via Campesina acaba com festa da hipocrisia da CNA¹¹ e denuncia

¹¹ Conferência Nacional de Agricultura

agrotóxicos”¹² em que se mostra, inclusive com fotos e vídeos, a atuação dos movimentos rurais durante um evento da CNA na Rio+20, cuja ação denunciava o uso indiscriminado de agrotóxicos. Há ainda registros de realização de seminários, marchas, formação dos comitês locais de enfrentamento ao agrotóxico, entre outros.

Como já citado anteriormente, um outro aspecto relacionado à questão da visibilidade está na tentativa de promover o agendamento político dos temas trabalhados e de originar discursos contrários ao que são, na maioria das vezes, dominantes na sociedade. Isso é possível perceber no conteúdo das matérias analisadas. No recorte estabelecido, os assuntos mais abordados são: os agrotóxicos, o capitalismo verde¹³, a mudança no código florestal, o agronegócio e os transgênicos. Estes temas estão relacionados com o projeto de sociedade que o MST tenta construir cuja defesa está no estabelecimento de um modelo agroecológico e sustentável.

Um outro ponto observado na constituição de um ambientalismo no MST está relacionado com a formação das Redes de Movimentos Sociais, como já citado anteriormente. Neste sentido, destaca-se aqui a Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida em que o MST é um dos signatários. Ao se definir como “Um esforço coletivo, assumido por um conjunto de organizações e pessoas, que visam combater a utilização de agrotóxicos e a ação de suas empresas (produtoras e comercializadoras) (...)” (CAMPANHA PERMANENTE, 2011)¹⁴, a Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida utiliza-se da estratégia de *estar em rede* para politizar o debate ambiental e explicitar “as contradições geradas pelo modelo de produção imposto pelo agronegócio”¹⁵. Novamente, é colocado em destaque a necessidade de uma mobilização na esfera pública, de forma a ser considerada a seguinte questão:

Produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (SCHERER-WARREN, 2006a, p. 11)

Utilizando dos próprios instrumentos de Comunicação (sites, jornais, programas de rádio, boletins on-line, entre outros), a Campanha consolidou uma estratégia de Comunicação capaz de apresentar reivindicações e expor argumentos na tentativa de chamar atenção da sociedade em geral para os problemas apresentados. O *estar em rede*

¹² www.mst.org.br/content/campesina-acaba-com-festa-da-hipocrisia-da-cna-e-denuncia-recorde-de-agrotoxicos

¹³ Principal assunto debatido na Cúpula dos povos e na Rio+20

¹⁴ Disponível em <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/campanha/o-que-e-a-campanha>, acesso em 29/09/2012

¹⁵ Idem, 2011.

contribui para que a informação seja disseminada em um número maior de veículos, uma vez que, além da Campanha, as organizações também ajudam a difundir o conteúdo.

Nesse novo mundo de uma visibilidade mediada, o fato de tornar visíveis nas ações e os acontecimentos não é meramente uma falha nos sistemas de comunicação e informação, cada vez mais difíceis de serem controlados. Trata-se de uma estratégia explícita por parte daqueles que bem sabem ser a visibilidade mediada uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias. (THOMPSON, 2008, p.16)

Essa articulação em redes de movimentos sociais é observada ainda nas notícias selecionadas para análise. O site do MST divulga notícias de vários movimentos parceiros, inclusive aqueles que não estão diretamente relacionados com a questão agrária. Foram identificados no material analisado grupos como a Via Campesina, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Fiocruz, Greenpeace, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). São movimentos e redes de movimentos sociais que possuem um alinhamento ideológico semelhante ao MST. Dessa forma, retoma-se ideia de que o MST é um movimento importante para a constituição de outros movimentos.

O terceiro ponto observado na formulação desse ambientalismo do MST está ligado à constituição de novos aspectos para a cidadania. Para SANCHEZ (2000), a problemática ambiental coloca novas questões para a sociedade contemporânea. Abre um campo para a construção de uma cidadania coletiva: um novo exercício da cidadania que vai além das limitações da cidadania construída no marco liberal.

As transformações da cidadania, aliada ao processo comunicacional, tem-se tornado um fator importante de politização da natureza para construção de novos projetos de sociedade que possam aliar desenvolvimento à sustentabilidade ambiental. MATA (2005) afirma que a noção de cidadania é um recurso necessário, para pensar o intercâmbio e a vinculação simbólica dos indivíduos em um espaço comum pelas tecnologias de produção e distribuição de informação e produtos midiáticos.

Ainda segundo MATA (2006), a emergência das questões de cidadania nos estudos de Comunicação adquire um sentido que é político, uma vez que as relações entre cidadania e Comunicação são fundamentais, para se entender as condições dos cidadãos nas sociedades mediatizadas. Para a autora, é possível observar a existência de uma cidadania comunicativa que combina direitos civis (liberdade de expressão, direito à informação, por

exemplo) instrumentalizados (leis, decretos e etc) com o compromisso das pessoas com a coisa pública, convergindo para a participação de debates e a construção de projetos de sociedade.

(...) Entendemos como a capacidade de ser sujeito da lei e da demanda no campo da comunicação pública, e o exercício desse direito. É uma noção complexa que envolve várias dimensões e reconhece a condição de público dos meios que os indivíduos tem nas sociedades mediatizadas. (MATA, 2006, p.13)

Embora com todas as dificuldades aqui já mencionadas, as notícias veiculadas no site do MST e da Campanha conseguem deixar nítido que existem aspectos políticos que os diferenciam do projeto de dominação hegemônica vigente. Uma das matérias veiculadas no site da Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e pela Vida faz uma crítica à tentativa da revista *Veja* em condenar o uso da palavra agrotóxico, recomendando o emprego do termo defensivo agrícola¹⁶. A ênfase no termo agrotóxico demonstra toda a capacidade deste material em danificar e agredir o meio ambiente. Assim é também a opção do movimento em usar massivamente o termo agronegócio como sinônimo imediato de associação ao lucro e à exploração agrícola.

3. Considerações finais

A partir da breve análise empreendida neste artigo, constata-se que o ambientalismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se desenvolve a partir de três pontos importantes, tendo a Comunicação como elemento fundamental para a inserção deste projeto político no movimento. O primeiro está relacionado com a noção da articulação em Redes de Movimentos Sociais que permite uma ampliação da participação de atores nas mobilizações no espaço público. Esses atores estão unidos por uma identidade com os valores políticos e sociais e pelo projeto de transformação social.

O segundo elemento é o resultado dessa articulação em rede. A visibilidade política e midiática é compreendida como uma necessidade primordial, para colocar em discussão os princípios políticos do movimento, denunciar os abusos que estão ligados sobretudo à esfera econômica e promover o agendamento de um debate com a sociedade. Por último, temos o elemento da cidadania que, aliada ao processo comunicacional, consegue suscitar novas necessidades de novos direitos sociais em prol de uma sustentabilidade ambiental e economicamente justa.

¹⁶ Sou agro: Nosso esforço para reeducar os leitores. www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/agrototoxicos/60-sou-agro-nosso-esforço-par-a-reeducar-os-leitores

Destaca-se ainda a importância da produção de uma mídia própria ao movimento e da publicação e republicação de notícias de outros sites e fontes de informação pelos sites escolhidos, já que, entre as notícias, há muitas que são produzidas pela comunicação dos movimentos parceiros do MST e pela própria equipe de comunicação do movimento. Isso amplia a possibilidade da notícia atingir outros públicos e potencializar a difusão do ambientalismo e projetar a visibilidade política e midiática do MST.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.

BORGES, Juliano Luis. **A transição agroecológica no MST**. 01/07/2007. 183p. Dissertação. Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Revista Ambiente&Sociedade**, Vol VIII, nº1, jan/jun 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n1/a04v08n1.pdf>. Acesso em 25/01/2013.

COSTA NETO, Canrobert P. L.; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia Política: Natureza, Sociedad y Utopia**. México:Clacso, 2002. p. 203-215

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997, 9º ed.

JACOBI, Pedro. "Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas." **Revista de Administração pública** 34.6 (2000): 131-a.

LEIS, Hector Ricardo; D'AMATO, José Luis. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial. IN: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade Sustentável**. Recife: INPSO-FUNDAJ, 1994. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129023744/cavalcanti1.pdf>

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e deliberação: razão crítica e o uso público da razão. IN: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola; MAIA, Rousiley. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Visibilidade Midiática e Deliberação Pública. IN: GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

MATA, Maria Cristina. **Condiciones objetivas y subjetivas para el Desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba, Argentina, 2005: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina.

_____. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**. Córdoba, Vol. VIII, nº1, Janeiro/abril 2006.

MORAES, Denis. Comunicação Virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet. **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**, vol. XXIII, n. 2, julho/dezembro de 2000.

RICCI, Rudá. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 54. Paraná: Novembro/2005. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm#_ftn3. Acesso em 25/04/2013

ROSA, Marcelo Carvalho. Para além do MST: O impacto nos movimentos sociais brasileiros. IN: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANCHÉZ, Solange S. Silva. **Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais de luta pela terra (nota técnica para CGEE-GSI)**. Brasília, 2007a. Disponível em: http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2009/nota_tecnica_movimentos_sociais_de_luta_pela_terra.pdf.

_____. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro**, v. 15, n. 1, p. 5-22, 2007b.

_____. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. **Cadernos de Pesquisa**, nº 24, Santa Catarina, Novembro 2000.

_____. **Redes de Movimento Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 4ª edição.

SOUZA, Jean Carlos Vilas Boas. Cidadania Verde na sociedade da comunicação: caminho para mudar o organismo global. **UNIrevista: Porto Alegre**, Volume I, nº3, 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_BoasSouza.PDF. Acesso em: 05/10/2009.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

THOMPSON, Jonh B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIOLA, Eduardo. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à eopolítica". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.3, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.html.